

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



Lula nomeia deputada negra para Direitos Humanos

O desfecho da crise aberta pelas denúncias do MeToo Brasil contra o ex-ministro dos Direitos Humanos Silvío Almeida — que foi eschachado publicamente e demitido do cargo, por suposta importunação e assédio contra a ministra da Integração Racial, Anielle Franco, e outras mulheres —, seguiu o roteiro previsível: o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ontem, nomeou para o cargo a deputada estadual de Minas Gerais Macaé Evaristo (PT), que já era uma das mais cotadas para a pasta, ao lado da deputada federal Benedita Silva (PT-RJ). O ex-ministro ainda espereira, nega as acusações e revela bastidores da disputa política com Anielle.

A própria natureza da crise foi determinante para a sucessão do ministro por uma mulher negra e petista. “Recebi um convite muito afetivo do presidente Lula, que diz conhecer minha trajetória de luta pelos direitos humanos e antirracista”, disse Macaé, que é muito ligada ao ex-governador Fernando Pimentel.

Silvío Almeida foi demitido, na sexta-feira, após virem a público denúncias anônimas do MeToo de suposta importunação sexual a Anielle Franco e casos de assédio sexual e/ou moral a outras mulheres. Foram corroboradas por um vídeo da ex-aluna Isabel Rodrigues, candidata a vereadora da cidade de Santo André, na Região Metropolitana de São Paulo, pelo PSB.

A forma como o PT comemorou a indicação de sua deputada reforça a tese de que, subjacente ao caso, havia uma acirrada disputa política pelo controle dos cargos, verbas e políticas públicas da Secretaria dos Direitos Humanos, que aparentemente o Palácio do Planalto tentou abafar. A luta nos movimentos de defesa dos direitos humanos entre lideranças petistas e não-petistas, caso dos mais ligados a Silvío Almeida, determinou a forma como o escândalo eclodiu.

Com Macaé Evaristo, do PT de Minas, no Ministério dos Direitos Humanos, o presidente Lula nomeia uma mulher negra, combativa, com história de lutas e realizações na defesa da educação e dos direitos humanos, das crianças e adolescentes”, postou Gleisi Hoffmann, presidente nacional da legenda.

A nova ministra é professora desde os 19 anos, graduada em Serviço Social, mestre e doutoranda em educação. Foi a primeira mulher negra a ocupar os cargos de secretária municipal (2005 a 2012) em Belo Horizonte e estadual (2015 a 2018) de Educação. Ao longo de sua carreira, coordenou programas como a implantação de escolas indígenas, a escola integral em Minas, a escola integrada em Belo Horizonte e as cotas para ingresso de estudantes de escolas públicas, negros e indígenas no ensino superior, quando esteve no Ministério da Educação.

Macaé assume uma pasta na esfera de controle político da primeira-dama Janja da Silva, que interferiu diretamente na crise que levou à demissão de Silvío Almeida. Tão logo as denúncias foram divulgadas pelo MeToo Brasil, ela divulgou no Instagram uma foto beijando a testa da Anielle. Foi a senha de que o ministro estava demitido por Lula — faltava apenas o ritual político indispensável ao cartão vermelho.

Ícone volatilizado

Fundado por Tarana J. Burke, o MeToo ganhou prestígio mundial em 2017, nos Estados Unidos, quando a hashtag #MeToo (“eu também”) se propagou nas redes sociais. Naquele ano, a atriz americana Alyssa Milano, que acusou o produtor de Hollywood Harvey Weinstein de assédio sexual, sugeriu no antigo Twitter (atualmente X) que todas as mulheres que tivessem sido sexualmente assediadas ou agredidas respondessem para ela na rede social com a hashtag #MeToo. Em 24 horas, mais de meio milhão de mulheres se manifestaram.

Aqui, o MeToo Brasil foi criado em 2019, por iniciativa da advogada Marina Ganzarolli. Conta com uma equipe de 420 voluntários e já prestou atendimento a cerca de 340 vítimas pelo canal de atendimento gratuito (0800 020 2806), disponível em todo o Brasil. O acolhimento é realizado de forma sigilosa, garantindo a proteção e confidencialidade das informações.

O movimento esteve à frente de importantes denúncias de assédio sexual, a exemplo dos casos do juiz trabalhista Marcos Scalécio e do padre Alexandre Pacioli Moreira de Oliveira, ex-reitor da PUC Rio de Janeiro. Atuou também nos casos do ex-proprietário do bar Bambambã Gabriel Ferreira Mesquita, acusado de violentar 12 mulheres (condenado por estupro de vulnerável); e do empresário Saul Klein, denunciado por aliamento e estupro de pelo menos duas dezenas de mulheres.

O desfecho administrativo do caso Silvío Almeida não encerra o episódio político. O ex-ministro era uma grande aposta do movimento negro. Carbonizado na opinião pública, será processado criminalmente e teve volatilizada sua imagem de principal ideólogo da luta contra o racismo estrutural. Entretanto, tem direito à presunção da inocência, conforme o devido processo legal. Mesmo que tenha êxito em sua defesa, terá muitos problemas pela frente, no âmbito pessoal e profissional.

O outro lado da moeda é a repercussão política. A primeira-dama Janja mostrou que manda no pedaço, não fez a menor questão de se manter nos bastidores. Muitas lideranças negras estão solidárias com Silvío Almeida. A falta de representatividade de Anielle junto ao movimento negro persistirá. E aliados de Lula na Esplanada estão em estado de alerta em relação aos métodos adotados na demissão.

CONGRESSO

Impeachment abre a “semana contra o STF”

Bolsonaristas esticam a corda e enfileiram ataques ao Judiciário. Maior alvo é Moraes

» VINÍCIUS DORIA
» JULIA PORTELA

Parlamentares que apoiam o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL-RJ) entregaram ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na tarde de ontem, um pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). O documento traz a assinatura de mais de 150 deputados federais, acompanhado de um abaixo-assinado com mais de 1 milhão de signatários. Nenhum senador assinou a proposição porque há o entendimento de que isso poderia indicar antecipação de posição em um eventual julgamento de Moraes pelo Plenário.

Esse será o 48º pedido de impeachment em tramitação no Senado e o 23º que mira Moraes. Desta vez, a tentativa de impedimento é baseada na tese de que o ministro não cumpriu, como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os ritos processuais na relação com o STF, além de cercar a liberdade de expressão da oposição e de seus seguidores.

A entrega do documento foi protocolar. Depois da reunião, no gabinete da Presidência do Senado, alguns parlamentares não mediram palavras para desqualificar Pacheco. “O presidente desta Casa, frouxo como ele é, querendo passar manteiga no bigode de gato, passar pano. Pela conversa que ele teve, este pedido de

Jonas Pereira/Agência Senado



Senadores e deputados bolsonaristas concedem coletiva sobre o pedido de impeachment contra Moraes

impeachment deve ir para o lixo”, disparou o deputado federal Delelado Caveira (PL-PA).

Segundo o texto, “a eventual conduta do ministro do STF, exigindo a produção de provas aos seus subordinados com o propósito de atingir várias pessoas apoiadoras do ex-presidente Jair Bolsonaro para aplicar-lhes medidas restritivas de direitos e sanções deve ser objeto de uma avaliação objetiva, sendo imprescindível a instauração de um processo, no qual se deve perquirir sobre a existência de crime de responsabilidade”.

O pedido de impeachment de Moraes inaugura uma semana em que a oposição pretende esticar a corda contra o STF. Hoje, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprecia um projeto que propõe a anistia aos vândalos do 8 de janeiro de 2023 (leia na página 4). Também devem ser discutidas as propostas de emendas à Constituição (PECs) que minam poderes do Supremo — como o que proíbe ministros de tribunais superiores (incluindo o STF) de suspender decisões do Congresso ou da Presidência da

República por meio de atos monocráticos, e o que, por outro lado, dá aos parlamentares o poder de suspender decisões provisórias dos ministros.

“É preciso fazer esse enfrentamento. Ao Senado não é dado o direito de sonegar a avaliação de denúncias que colocam em questionamento a atuação de um ministro que, me parece, está em contrariedade com a lei e com a Constituição. Os fatos são graves”, disse o líder da oposição, senador Marcos Rogério (PL-RO).

Emendas no pano de fundo

A movimentação contra o Supremo Tribunal Federal (STF) tem, como pano de fundo, o futuro das emendas parlamentares, cujas liberações estão suspensas por ordem do ministro Flávio Dino — chancelada pelos demais integrantes da Corte —, até que o Congresso aprove medidas de transparência e de rastreabilidade em relação a esses recursos orçamentários. Se depender da oposição na Câmara, apenas a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) estará ativa nesta semana de esforço concentrado convocado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). A intenção da bancada é manter o estado de obstrução para que nada seja votado em Plenário, nos próximos dias.

A sucessão de Lira, por sinal, faz parte do rol de assuntos para esta semana. A bancada do PL se reuniu, ontem, para discutir a sucessão do presidente da Casa. Segundo o líder do partido, Altineu Côrtes (RJ), a bancada deverá apoiar a candidatura do deputado Hugo Motta (Republicanos-PB). Isso, porém, precisa ser chancelado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e pelo presidente da agremiação, Valdemar Costa Neto (PL-SP).

“A gente, primeiramente, vai aguardar a palavra final do presidente Arthur Lira e ouvir o presidente Bolsonaro e o Valdemar, que vão dar o norte. Vai haver outra reunião de bancada, também”, disse Côrtes.

Motta, porém, não foi unguído como o nome de Lira na disputa. Isso porque o presidente da Câmara tem compromisso com Elmar Nascimento (União-BA), que não sinalizou que desistirá de concorrer ao posto. O trabalho, agora, é fechar um nome de consenso que represente todas as correntes e, ainda assim, tenha a bênção de Lira.

Por sinal, os bolsonaristas pretendem condicionar apoio a esse nome de consenso à votação de um projeto de lei que anistie os vândalos que depredaram as sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023. (JPVD e colaborou Fabio Grecchi)

EM BRASÍLIA: DE 28 A 30 DE OUTUBRO

PRESENCIAL - 3 DIAS INTEGRAIS COM OSCAR MOTOMURA

APG AMANA-KEY
PROGRAMA DE GESTÃO AVANÇADA



Assegure inscrições o quanto antes. Poucas vagas disponíveis.

www.amana-key.com.br
(11) 4613-2323 | (11) 97256-7934
atendimento@amana-key.com.br

Aponte a câmera do seu celular e faça a sua inscrição online!



AMANA-KEY